

DOSSIÊ

PERSPECTIVAS DE GÊNERO NOS MUNDOS DO
TRABALHO

APRESENTAÇÃO

Os artigos reunidos neste dossiê trilham diferentes caminhos frente ao desafio comum de articular perspectivas de gênero num exercício de história social. A categoria analítica de gênero é neles empregada para rever e ampliar os limites do mundo do trabalho e seus sujeitos. As e os protagonistas das histórias contadas nos artigos que se seguem nem sempre cerraram fileiras em partidos políticos ou em sindicatos, e muitos deles não realizaram greves nem motins. Suas experiências sociais são aqui tomadas para problematizar os limites e a abrangência do conceito de classe trabalhadora, que não se expressa e não se esgota apenas em sua organização institucional.

As autoras deste dossiê escolheram focar primordialmente a complexidade da composição e do relacionamento de diversos grupos de trabalhadores, levando em conta as múltiplas noções identitárias que permeiam suas experiências.

As disputas sociais em torno das quais se desenrolam os processos de formação da classe em diferentes momentos e lugares pressupõem diferenças internas. Dentre as mais significativas dessas diferenças estão as de gênero, dimensão que é com frequência silenciada no âmbito da história do trabalho. Por isso, nosso principal objetivo com a escolha dos artigos aqui apresentados é mostrar que, imprescindível na análise das dinâmicas que envolvem as classes trabalhadoras, o gênero pode ser utilizado para complexificar e enriquecer as questões propostas pelos estudos sobre os mundos do trabalho.

Na escolha dos artigos para o dossiê, optamos por enfatizar duas dimensões específicas: buscamos dar um formato transnacional a este diálogo historiográfico, reunindo trabalhos em curso de historiadoras brasileiras e argentinas, com a participação especial de uma historiadora indiana. De certo modo, estes trabalhos refletem os diferentes percursos profissionais e os diálogos que deram forma ao campo dos estudos históricos e dos estudos feministas no Brasil e na Argentina. Ao mesmo tempo, optamos por selecionar artigos que exploram experiências sociais relacionadas a diferentes formas de trabalho informal, muitas vezes quando a própria idéia de trabalho está em questão para os sujeitos e grupos estudados. Finalmente, todos os artigos dedicam-se a dimensões morais que compõem a

própria definição de trabalho em disputa em vários contextos. Assim, as autoras se dedicam a mapear os limites do trabalho “honrado”, “virtuoso”, “honesto” e “digno”, evidenciando neste processo as profundas conotações de gênero que operam na delimitação destes conceitos.

Consideramos que ambas as perspectivas – o debate transnacional e a escolha de sujeitos e períodos pouco usuais para a história social do trabalho - contribuem para o exercício de desnaturalizar recortes temporais identificados com a questão social e o trabalho livre, respectivamente, na Argentina e no Brasil. Nesse sentido, os artigos aqui reunidos têm em comum o mérito de trazer à tona, em sólidas pesquisas com fontes primárias, orais ou escritas, as experiências de mulheres e homens pertencentes às classes trabalhadoras, mas que raramente são tratados pela historiografia do trabalho.¹ Além disso, alguns deles trazem para o campo de perguntas da história social do trabalho certos temas e recortes temporais que não entram na periodização mais estabelecida neste campo de estudos.²

Os trabalhos selecionados nutrem-se de trajetórias específicas dos mundos acadêmicos brasileiro e argentino nas últimas décadas, embora com significativos pontos de encontro. Com isto esperamos que este exercício seja útil para avançar no propósito, comum às perspectivas de trabalho e gênero aqui brevemente apresentadas, de desnaturalizar e refletir sobre alguns aspectos das historiografias nacionais a partir dos debates historiográficos locais.

¹ Utilizamos assim, de pressupostos que há tempos vêm sendo levantados por Marcel van der Linden em favor do alargamento da concepção de classe trabalhadora em diálogos transnacionais ou em perspectivas comparativas. Cf. Marcel VAN DER LINDEN, Marcel, “Globalizando a Historiografia das Classes Trabalhadoras e dos Movimentos Operários: Alguns pensamentos Preliminares”, *Trajetos – Revista de História da UFC*, Fortaleza, vol.1, n.2, 2002. Em outro texto o mesmo autor observa que: “a classe trabalhadora inclui todos aqueles que realizam algum trabalho dependente sob o capitalismo, o que inclui escravos, assalariados, *indentured servents*, e outros trabalhadores. Nossa interpretação ‘moderna’, de que a classe trabalhadora constitui-se apenas de trabalhadores ‘livres’, é um produto da repressão histórica.” Cf. VAN DER LINDEN, Marcel, “Labour as the History of Multitudes” – Reviewing: Peter LINEBAUGH, Peter and REDIKER, Marcus, *The Many-Headed Hydra: The Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Bacon Press, 2000, p.7.

² No caso brasileiro, esta periodização tendeu a excluir a experiência dos trabalhadores libertos e escravos, como já demonstrou Sílvia Lara. Cf. LARA, Sílvia Hunold, “Blowin’ in the wind: E.P.Thompson e a experiência negra no Brasil”, *Projeto História*, SP: out.1995 e LARA, Sílvia Hunold, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, *Projeto História*, SP: Fev.1998. No caso da Argentina, a periodização clássica da história social do trabalho toma como marco o surgimento da chamada “questão social” a fins do século XIX, coincidente com a imigração massiva. Conferir, por exemplo, SURIANO, Juan, “Introducción: una aproximación a la definición de la cuestión social en Argentina”, SURIANO, Juan (org.), *La cuestión social en Argentina, 1870-1943*, Buenos Aires: Ed. La Colmena, 2000. Para o caso indiano conferir CHANDAVARKAR, Rajnarayan; “The making of the Working Class’: E.P.Thompson and Indian History”, *History Workshop Journal*, spring 1997.

Terminamos com uma última e breve observação sobre o uso da categoria de gênero. Nos textos aqui reunidos, o gênero é primordialmente uma ferramenta que permite empreender uma análise da articulação de identidades coletivas, em especial aquelas em relação de antagonismo com outros grupos sociais. Na produção historiográfica latinoamericana, os estudos de gênero e de história social tiveram e continuam tendo um diálogo complexo e frutífero,³ embora a categoria analítica de gênero tenha sido reiteradamente identificada com a proposta de conotações pós-estruturalistas da historiadora norte americana Joan Scott.⁴ Como ressaltam as historiadoras norte-americanas Heidi Tinsman e Sueann Caulfield, a resistência por parte de historiadores latinoamericanos em adotar o termo gênero em suas análises expressa, não uma incompreensão, e sim leituras peculiares de tal categoria por parte de historiografias nacionais que já estavam previamente envolvidas em debates politizados em torno à agência histórica de diferentes grupos sociais de mulheres no passado.⁵ Em outras palavras, em diferentes contextos historiográficos latinoamericanos, uma variedade de tópicos relativos ao gênero são – e já vinham sendo – tratados sem as ferramentas analíticas do gênero, na linha de tradições como as mentalidades e a história social do trabalho inglesa.⁶

³ Talvez a melhor sistematização e agenda de trabalho a partir deste diálogo seja a de Daniel James e John French na introdução da coletânea *The Gendered World of Latin American Women Workers: From the Household and the Factory to the Union and the Ballot Box*, Durham: Duke Univ. Press, 1997.

⁴ Antes de seu ensaio fundacional sobre o gênero como uma categoria histórica de análise, Joan Scott era uma conhecida historiadora do movimento cartista e das trabalhadoras francesas no século XIX. Seu ensaio marcou sua adesão à perspectivas identificadas com correntes pós-estruturalistas, que privilegiavam dimensões discursivas em detrimento da agência histórica das mulheres, e por isso foi muito resistida entre historiadoras sociais do trabalho. Ver SCOTT, Joan, "Gender: a useful category for historical analysis", in Joan Scott *Gender and the Politics of History* New York: Columbia University Press, 1988. Sobre o debate com as historiadoras sociais, ver o dossiê reunido em *Cadernos Pagu*, n.3, 1994.

⁵ As duas autoras fazem proficuas discussões sobre os usos da categoria de gênero nos estudos latinoamericanos. Tinsman em relação a como Joan Scott foi lida e suas apropriações, e Sueann Caulfield através de um amplo e completo panorama da bibliografia recente. TINSMAN, Heidi, "A Paradigm of our own: Joan Scott in Latin American History", *The American Historical Review*, n.113, Dezembro de 2008, e CAUFIELD, Sueann, "The history of gender in the historiography of Latin America", *Hispanic American Historical Review*, vol.81, ns.3-4, agosto-novembro 2001.

⁶ Isso ajuda a entender a insistência de muitas historiadoras, argentinas e brasileiras, na necessidade de uma história das mulheres. No caso da Argentina, ver a introdução da coleção coordenada por Valeria Pita, Gabriela Ini e Fernanda Gil Lozano, *Historia de las mujeres en la Argentina* Buenos Aires: Ed.Taurus, 2000. No caso do Brasil, esta perspectiva é elaborada por Mary del Priori, "História das mulheres: as vozes do silêncio", FREITAS, Marcos Cezar de, (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva* São Paulo: Ed. Contexto, 2000. A desconfiança, do ponto de vista da história social, às possibilidades da adoção da categoria de gênero por parte das historiadoras brasileiras, é elaborada em CUNHA, Maria Clementina Pereira, "De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (séculos XIX e XX)", *Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, 5, 1998.

Seguindo esta trilha encaminhamos aqui a proposta de utilização desta ferramenta para a compreensão de questões que fazem parte dos desafios atuais da história social do trabalho. Entre elas, o gênero cumpre um papel fundamental, tanto na articulação de identidades sociais que conformam a experiência de trabalhadores em diferentes momentos e lugares, como também na busca da conexão entre essas identidades e problemas históricos mais gerais.

Os textos que se seguem articulam pesquisas substanciais em diversos tipos de fontes, procurando analisar as relações de poder entre homens e mulheres de diferentes grupos sociais, e também entre os homens e entre as mulheres. Os artigos propõem leituras sobre a articulação de solidariedades e de noções do justo, do legítimo, e do que estava dentro das possibilidades de ação desses sujeitos. Em suma, as autoras mostram que, ainda que sob determinadas condições de opressão, homens e mulheres conseguem articular formas de vida e trabalho que envolvem concepções próprias e alternativas, mesmo imbricadas nas relações de dependência a que estão sujeitas em cada caso específico.⁷ As relações desiguais entre homens e mulheres, como nos mostram Lericé Garzoni e Andrea Andújar, entre homens, como nos mostra Silvana Palermo, ou ainda entre as próprias mulheres, como nos mostram Valeria Pita e Daniela Sbravati, tornam-se aqui lugares centrais dos conflitos sociais em torno a desigualdades sociais, raciais e políticas e também em torno às definições mesmas de trabalho em cada contexto e interlocução social.

A partir de experiências concretas de pesquisa, estes artigos avançam na trilha aberta pelos estudos que apontam certas dimensões da experiência de trabalho e da exploração feminina que terminaram apagadas pelas temáticas predominantes na historiografia do trabalho. Assim, por um lado, estes trabalhos denunciam o conteúdo e as conotações masculinas de relatos supostamente neutros. É o que faz Silvana Palermo ao evidenciar a composição de gênero dos discursos e práticas dos trabalhadores ferroviários na Argentina e também Lericé Garzoni, quando aborda a figura contraventora da vagabunda, numa cuidadosa análise de processos criminais de vagabundagem produzidos no Rio de Janeiro em busca de experiências femininas de trabalho urbano. Garzoni mostra que, em meio a uma

⁷ Para uma inspiradora análise das potencialidades de rompimento dos limites estabelecidos na relação entre dominantes e dominados a partir das brechas abertas pela resistência cotidiana ver SCOTT, James C., *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, Press New Haven and London: Yale University, 1990.

classe trabalhadora marcada por relações instáveis de trabalho e moradia, as acusadas de vagabundagem tinham concepções próprias sobre sua inserção no mundo do trabalho. Estas concepções contrastavam ou coadunavam com as que estavam sendo discutidas no meio judicial, e escapavam a toda tentativa de juristas (para não dizer de historiadores) de estabelecer limites rígidos entre trabalho e não trabalho.

Distanciando-se da periodização clássica da “questão social”, Valeria Pita levanta o véu do suspeito termo “caridade” para desvendar os complexos encontros culturais entre senhoras da Sociedade de beneficência argentina e uma diversidade de trabalhadoras que às vezes entravam, e às vezes não, na categoria de tuteladas. A dicotomia entre caridade e direitos já serviu a outros autores para discutir a separação entre trabalhadores respeitáveis e os “outros”. A análise de Pita amplia os limites da periodização convencionalmente estabelecida para a história do trabalho, além de também iluminar a experiência de grupos de mulheres e trabalhadores informais argentinas que, como em outros casos, foram invisibilizados por uma historiografia que privilegiava os direitos dos trabalhadores masculinos, organizados e produtivos.⁸

A ressignificação de situações de controle por parte dos dominados também é o foco de Daniela Sbravati que, como resultado de densa pesquisa em cartas de alforrias e contratos de trabalho, atenta para a surpreendente quantidade de mulheres proprietárias de escravos em Desterro (Florianópolis) na segunda metade do século XIX. Sbravati revela a agência dessas mulheres e sua posição de dependência intermediária entre, de um lado, os homens influentes com quem estabeleciam relações que lhes possibilitavam algumas facilidades no mundo jurídico e social e, de outro, seus escravos e escravas, com quem tinham que negociar frequentemente e aos quais sua própria sobrevivência estava atada. A dimensão de gênero aqui se mostra novamente importante pois, embora o tema da escravidão através das alforrias venha sendo bastante trabalhado pela historiografia, costuma-se referir ao mundo dos senhores de escravos como eminentemente patriarcal.

Para um período mais recente, e ampliando o diálogo para incluir o caso indiano, Andrea Andújar e Chitra Joshi abordam complexos contextos de desindustrialização. Andújar se pergunta como as mulheres que participaram da organização de movimentos de

⁸ Pensamos especificamente no argumento de Karin Roseblatt em sua discussão sobre os governos de frente popular no Chile de meados do século XX em “Charity, rights, and Entitlement: gender, labor, and welfare in Early-Twentieth Century Chile”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 81, ns. 3-4, 2001, p. 585.

desempregados na Argentina atribuíram outros significados às suas vidas e às suas experiências de trabalho doméstico à luz da mobilização política nos anos 90. Ao reconstruir o mundo das mulheres que participaram da formação do movimento piqueteiro em Salta e em Neuquén, em plena crise dos anos 90, a autora encontra um contexto em que as experiências do compromisso político e da precariedade laboral só podem ser entendidas a partir de suas conotações de gênero, e nas transformações de noções estabelecidas a partir do trânsito dessas mulheres pelo âmbito público.

A identidade de piqueteira, suplantando a de desempregado, é resultado de um processo no qual as mulheres tiveram participação decisiva, como costuma ocorrer em situações de crise econômica e social. Assim, tanto Silvana Palermo como Andrea Andújar sugerem que o enfoque da masculinidade é fundamental para entender certas reações da classe trabalhadora em contextos de crise econômica, quando, com frequência, o que está em questão para muitos homens é o seu fracasso como chefes de família e trabalhadores “honrados”. Neste sentido, a cuidadosa leitura que Silvana Palermo empreende das versões de masculinidade mobilizadas no periódico sindical dos ferroviários argentinos no começo do século XX, constitui uma excelente solução para o desafio de integrar uma perspectiva de gênero às perguntas que caracterizam a história social do trabalho. Em seu artigo, a perspectiva de gênero, ou seja, a pergunta sobre a identidade sexuada dos trabalhadores ferroviários, fortalece e renova sua mirada e sua pergunta fundamental sobre a experiência daqueles trabalhadores enquanto enfrentavam a crise da primeira guerra mundial em suas vidas. Sua análise sobre as tensões de classe expressas no julgamento moral dos trabalhadores a seus chefes é destacável, demonstrando que o campo das identificações e tensões masculinas é um campo de embates e enfrentamentos de classe, neste caso, em que exercem também um papel crucial as diferenças nacionais, tal como entendidas pelos trabalhadores.

Para complementar e ressaltar esta intenção primordial, decidimos concluir nossa seleção com a tradução de um instigante balanço historiográfico realizado pela historiadora indiana Chitra Joshi sobre os percursos mais recentes da historiografia em seu país. Seu trabalho chama a atenção pelo efeito de distância e familiaridade simultâneos que nos provoca. A professora Joshi é, ela mesma, exemplo desta vontade de diálogo transnacional, uma vez que realizou conferências em diferentes cidades brasileiras e argentinas em 2008, ocasião em que apresentou uma versão prévia deste balanço. Neste sentido, a presente

tradução e publicação de seu ensaio reflete nosso interesse em manter e ampliar este diálogo. Em certos momentos de sua apresentação na Argentina, o contato com diferentes historiadoras e estudantes parecia prescindir do trabalho da tradutora, já que seu relato sobre os dilemas de toda uma geração de estudiosas feministas em tratar de superar conceitualizações como o patricarcado, em favor de focar experiências históricas particulares, ou as dificuldades e desafios de cruzar categorias de classe e gênero, ou ainda a tensões entre os enfoques centrados na experiências das mulheres e aqueles que jogavam na dimensão relacional, soavam muito familiares às historiadoras locais. Por sua vez, e significativamente, a passagem de Chitra pelas universidades brasileiras esteve muito mais marcada pela prática e pelo debate em torno da profícua história social local.

Esperamos que o leitor e a leitora curiosa que se animarem a percorrer as páginas seguintes possam ver que a história do trabalho só tem a ganhar em complexidade e rigor a partir de dois movimentos: primeiramente o de submeter-se a um olhar que privilegia as condições materiais de existência e a experiência social particular dentro de processos históricos mais gerais; em segundo lugar o de abrir-se para uma variedade de temas que nos permitem expandir a abrangência de categorias centrais ao campo – como trabalho, trabalhadores, trabalhadoras – e de periodizações consagradas da história social do trabalho. Neste sentido, esperamos que este conjunto de artigos tenha a função de alimentar o debate e a discussão entre as e os colegas com os quais compartilhamos as preocupações desses Mundos do Trabalho.

Fabiane Popinigis

Cristiana Schettini